



Recebido em 15/09/2020

Aceito em 29/09/2020

DOI: 10.26512/emtempos.v1i37.34139

## DOSSIÊ

### **Colonialismo como laboratório: “A Batalha de Argel” e a tortura como projeto de controle político.**

Colonialism as a laboratory:  
“The Battle of Algiers” and torture as a  
political control project.

***Leonardo Bentes Rodrigues***

Mestrando em História na Universidade Federal do Amazonas

orcid.org/0000-0003-4931-1646

[leobentesr@gmail.com](mailto:leobentesr@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo compreender como o colonialismo francês utilizou das práticas de tortura na Argélia como controle político através da análise do filme *A Batalha de Argel* dirigido por Gillo Pontecorvo. Desta forma, estabeleceremos conexões entre a repressão à luta pela independência, apoiado na ideologia da “guerra contrarrevolucionária” e os vínculos com os crimes contra a humanidade cometidos pelas ditaduras na América Latina. Por fim, analisaremos como as experiências de tortura na Argélia refletiram no Brasil através dos treinamentos das “Escolas de repressão francesa”.

**PALAVRAS CHAVES:** Colonialismo. Repressão. Revolução.

**ABSTRACT:** This article aims to understand how French colonialism used torture practices in Algeria as political control through the analysis of the film *The Battle of Algiers* directed by Gillo Pontecorvo. In this way, we will establish connections between the repression of the struggle for independence, supported by the ideology of the “counterrevolutionary war” and the links with the crimes against humanity committed by the dictatorships in Latin America. Finally, we will analyze how the torture experiences in Algeria reflected in Brazil through the training of the “Schools of French repression”.

**KEYWORDS:** Colonialism. Repression. Revolution.

## Introdução

O mundo marcado pelos confrontos ideológicos da Guerra Fria viu nascer o cinema político italiano na década de 60. A geração marcada pelo fascismo assistia nas grandes telas a representação do real com alta dose de criticidade e realismo. Desta forma, o cinema político firmou-se como a “forma de arte correspondente aos perigos existenciais mais intensos com os quais se confronta o homem contemporâneo” (BENJAMIN, 1985, p. 192).

O contexto histórico deste momento foi influenciado pelas disputas de hegemonia de poder, e mais ainda, pelas formas de reprimir violentamente os focos de revolução que visavam a independências das colônias ou por reformas sociais em países já “emancipados”. O cenário de situação colonial na historicidade destes países ditos de “terceiro mundo” deflagrava em seus cidadãos o sentimento de luta em busca de libertação e reformas, buscava no socialismo ou no comunismo o caminho afim de efetivar suas autonomias.

Três anos após a independência da Argélia, o italiano Gillo Pontecorvo estreava o filme *A Batalha de Argel*, tornando uma obra síntese deste período para o cinema. Parecemos que o diretor tornava a expectativa de Walter Benjamin em realidade, ou seja, o uso do cinema como instrumento político contra o fascismo. Para Benjamin, “a utilização política desse controle terá que esperar até que o cinema se liberte de sua exploração pelo capitalismo” (BENJAMIN, 1985, p.180), deste modo, tenciona sua crítica ao capital cinematográfico que oferece ao cinema um caráter contra-revolucionário às oportunidades revolucionárias. Reduzido a uma mercadoria, impulsiona o culto ao estrelato, estimula a consciência corrupta das massas almejada pelo fascismo em lugar da consciência de classe (Idem). Benjamin é mais esperançoso do que Adorno, que critica o cinema industrial hollywoodiano, enxergando como “meras mercadorias inseridas no bojo da Indústria Cultural” (TOMAIM, 2004, p.105) que oferece apenas distração e divertimento as massas, em consequência, alienando-as.

Tanto o capital cinematográfico quanto o fascismo exploram secretamente, visa para uma minoria de proprietários que inibem a aspiração por novas condições sociais (BENJAMIN, 1985, p. 185). Ao enxergar o cinema como um instrumento revolucionário, como uma arte-pedagógica, traduz a necessidade de tornar-se uma obra de arte emancipada sem estar a serviço de classes (TOMAIM, 2004, p.103). Afinal, para Benjamin, a “expropriação do capital cinematográfico é uma exigência prioritária do proletariado” (Idem).

Dessa forma, Pontecorvo parece exprimir suas experiências vividas numa Itália fascista no desejo de imprimir em suas produções o caráter de obra-pedagógica benjaminiana, ou seja, capaz de levar uma nítida e clara mensagem aos espectadores daquele presente-passado e também do nosso próprio presente. Membro de uma geração que viveu e resistiu a barbárie do fascismo, trata-se, portanto, das “maiores expressões antifascistas que a arte da segunda metade do século XX ofereceu, no cinema” (PEIXOTO, 2006, p. 128).

Em entrevista ao documentário *Pontecorvo: a Ditadura da Verdade* (1992), o crítico literário Edward Said afirmou que o diretor “era obcecado pela agenda da violência política” (Idem, p. 129), Katarina Peixoto ressalta que essa sua obsessão deve se levar em conta não apenas o mundo em que ele viveu, mas suas próprias escolhas que fez na vida e na própria vida (Idem, 134). Desta forma, seu engajamento “antes e na sua obra” (Idem) é visível na conexão entre sua luta antifascista e o cinema antifascista, deste modo, “essas escolhas constituíram a medida única do seu realismo, do compromisso com a verdade e do afeto pela humanidade” (Idem, p.128). Integrante do “cinema político italiano” das décadas de 1960 – 1970, também conhecido como “cinema de empenho civil”, cujo objetivo social e político foi a denúncia dos males da sociedade, bem como projeta em suas obras os feitos e os sonhos dos movimentos políticos pelo globo. Influenciados pelo neorealismo italiano dos

tempos de pós-guerra, o gênero cinematográfico levou as suas produções ao compromisso com a realidade.

Suas produções confluem para narrativas de lutas do homem por sua própria emancipação, e a luta contra o colonialismo é mais enfática. Obras como *Kapò* (1960) que trata sobre os campos de concentração nazistas e *Queimada!* (1969) sobre a história do movimento de independência de uma ilha fictícia, representam sua audácia frente aos constantes movimentos contra-revolucionários e antidemocráticos pelo mundo. Seus filmes logo seriam censurados por narrar a luta pela liberdade dos homens, e consequentemente encarado como produto subversivo, ainda mais concebido por um integrante do Partido Comunista. Porém, forte crítico a repressão, fato este que levou a romper com o partido em 1956 ao repudiar a invasão soviética na Hungria. Neste contexto histórico, suas produções permitiram os sujeitos daquele presente-passado a refletir sua existência e o “grande e insuspeitado espaço de liberdade” (BENJAMIN, 1985, p. 189) de seu tempo.

Cabe afirmar que suas obras podem ser analisadas de modo atemporal, produtos das inquietações de sua contemporaneidade, que nos permite analisar o permanente estado de situação colonial em que ainda vivem inúmeras nações que lutaram contra as mazelas do colonialismo. Deste modo, escolhemos o filme *A batalha de Argel* (1966) para analisar a relação do cinema com o processo de descolonização, o que permitiu traçar vínculos entre as experiências de tortura nas colônias e a consolidação de seu uso como controle político nos regimes autoritários na segunda metade do século XX. Cremos que o filme pode nos auxiliar a refletir sobre as redes de “escolas de repressão” que se instalaram sobre o efeito da *guerra fria*, principalmente no bloco capitalista, no qual países como EUA e França endossaram forte apoio político a estas nações afetadas por golpe militares sustentados efetivamente sobre suas ideologias, principalmente a do *inimigo interno*.

### **“A batalha de Argel” e a tortura como projeto de controle político.**

“Estamos em guerra contra o colonialismo, um exército inimigo ocupa nosso país há 130 anos”, dirigia a palavra o membro da Frente de Libertação Nacional (FLN) diante de seus companheiros presentes num casamento no qual o mundo civil mescla elementos da fé islâmica. Tal cena do cinema político de Gillo Pontecorvo nos remete a afirmação do historiador Eric Hobsbawm de que houve um forte elemento islâmico presente na revolução argelina, porém, os revolucionários afirmaram que “a sua era uma luta para destruir uma colonização anacrônica, mas não uma guerra de religião” (HOBSBAWM, 1995, p.174) Propuseram formar uma república social e democrática, que se tornou uma república socialista unipartidária. Sobretudo, pois, a natureza árabe e islâmica da Argélia representou o único contrapeso ao colonialismo francês, fortemente imposta nas redes de escolas de língua árabe calcadas no modelo francês (ARAÚJO, 2017). Ademais, o governo francês impôs a lei de repúdio da religião muçulmana aos candidatos à naturalização, que apesar de serem franceses, “os argelinos muçulmanos não gozavam de plena cidadania e ocupavam assim uma categoria intermediária entre o estrangeiro e o nacional” (Idem). Dessa forma, foram durante os cento e trinta anos que a colonização congelou, segundo o economista Bouzid Izergouene, o processo evolutivo natural da cultura argelina, gerou o embaralhamento da estrutura social e dos fundamentos que regem os valores morais do país (IZERROUGENE, 1998, p. 282).

A crise do colonialismo, no fim da década de 1930, espalhou-se por outros impérios. *A batalha de Argel* se passa no fim da década de 1950, período de intensas guerras de guerrilha no Terceiro Mundo, as mais sérias na Argélia e no Vietnam levaram a dissolução do império francês (HOBSBAWM, 1995, p. 212). Deste modo, as transformações do sistema encarregado de manter artificialmente as relações de dominação e submissão, a situação colonial, se modifica profundamente em ritmo rápido, assim, é preciso que se a considere historicamente (BALANDIER, 2014, p. 40). Ao criticar a dominação colonial, o antropólogo Georges Balandier esboçou o conceito de *situação colonial*, resultado de sua experiência científica em África, nos permite a abordagem sociológica da sociedade colonizada e da sociedade colonial no seu conjunto, analisar como um complexo, uma totalidade.

Por fim, toda dominação política é acompanhada de uma dominação cultural, “seja qual for a doutrina adotada, as relações de dominação e de submissão existentes entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada caracterizam a situação colonial” (BALANDIER, 1993, p.114). Dessa forma, para Balandier o estudo das sociedades afetadas pela colonização deve atentar para este “complexo qualificado de situação colonial” (Idem, p. 107).

Não obstante, o filme traça a diferença entre dois bairros da capital Argel: europeu e o muçulmano (*Casbah*). Nestes espaços configuram o domínio de uma minoria colonizadora sobre uma superioridade numérica esmagadora colonizada, sendo assim, cada setor da sociedade colonial teve por função a dominação em um domínio preciso (político, econômico e espiritual) e por vezes sobre um sistema de pseudojustificativas, de racionalizações que sustentam um fundamento racista (BALANDIER, 2014, p. 50). Podemos observar em duas cenas distintas a personificação do colonialismo pela diferença de raça e civilização: tanto no idoso argelino presente nas ruas do bairro europeu durante a execução de um atentado da FLN, no qual os habitantes direcionam a culpa proferindo palavras de cunho pejorativo “- Parece um *fellagha*<sup>1</sup> safado! Árabe nojento!”, por fim, o medo do linchamento verbal o faz ser detido pela polícia como possível suspeito; quanto a criança argelina vendedora ambulante, violentamente atacada pelos presentes na partida de corrida de cavalos, direcionadas a ela os atentados ocasionados pelos revolucionários. Em ambas cenas, o fundamento racista é posto como um fator de superioridade de uma minoria sobre uma maioria dominada representada pela fragilidade do idoso e da criança argelina, assim, a discriminação serviu para desumanizar e consequentemente estigmatizar os revolucionários anticolonialistas.

Concomitantemente, a chegada do exército francês na capital Argel, reflete a hipocrisia da responsabilidade civilizatória, quando estes são aplaudidos durante o desfile por habitantes do bairro europeu (BALANDIER, 1993, p. 109). Sabemos que tal justificativa de princípios humanitários deu embasamento ao colonialismo francês para reprimir fortemente os revolucionários.

Por outro lado, a violência argelina em reação ao terror francês no faz constatar que a descolonização é sempre um fenômeno violento.

<sup>1</sup> No contexto da guerra da Argélia, o termo pejorativo era designado aos combatentes da FLN. Em direção a etnia, remetia ao argelino, tunisiano ou marroquino que lutava pela causa da independência. Outro sentido, também pejorativo, seguia no sentido de “bandido”; “ladrão”; “matador”.

Quando em 1956, depois da capitulação do Sr. Guy Mollet diante dos colonos da Argélia, a Frente de Libertação Nacional, num panfleto célebre, constatou que o colonialismo só larga a presa ao sentir a faca na goela, nenhum argelino achou realmente esses termos demasiado violentos (FANON, 1968, p. 46).

É exatamente em 1956, que vários “contra-atentados” protagonizados pela polícia e o exército francês foram direcionados na tentativa de intimidar a FLN, uma bomba clandestina colocada na *Casbah* causou a morte de inúmeros habitantes. Todavia, os ataques aos cafés e bares no bairro europeu podem ser lidos como a percepção de que o explorado só pode conquistar sua libertação através da força. Pois, como bem frisou Fanon, o colonialismo não é um corpo dotado de razão, “é a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior” (Idem).

A representação do real nesta obra de cinema político de Pontecorvo presente nas ações dos revolucionários contra o colonialismo, apresenta-nos a rejeição de uma “violência pacífica”, outrora correspondente como atitude de cumplicidade.

Assim, a descrição cinematográfica da realidade é para o homem moderno infinitamente mais significativa que a pictórica, porque ela lhe oferece o que temos o direito de exigir da arte: um aspecto da realidade livre de qualquer manipulação pelos aparelhos, precisamente graças ao procedimento de penetrar, com os aparelhos, no âmago da realidade (BENJAMIN, 1985, p.187).

Consequentemente, Pierre Bourdieu nos aponta “para incluir no real a representação do real, ou melhor, a luta entre representações” (BORDIEU, 1998, p. 108) para entender a lógica do mundo social. Portanto, o cinema político de Pontecorvo é a representação do real, faz parte do real, mas não é o real. Afinal, o próprio general francês Aussaresses considerou o filme “muito próximo da realidade” (DUARTE-PLON, 2016, p. 39).

Não obstante, a ação do coronel Mathieu parece nos evocar a figura do general Jacques Massu, enviado pelo governo francês para cessar e eliminar os focos revolucionários da FLN na Argélia onde aplicou a estratégia do terror. Sua trajetória pertinentemente contraditória, de membro heroico da Resistência contra a ocupação alemã na II Guerra à comandante da 10<sup>a</sup> divisão de paraquedistas, enfim, de promovedor das técnicas de controle político como a tortura e execuções na Argélia. Deste modo, não podemos furtar do entendimento de que o colonialismo foi executado mesmo na pátria dos direitos humanos. Não causa espanto, ou deveria, as cenas que seguem a prisão do revolucionário Ali La Pointe ao observar pela janela de sua cela a execução de um argelino na guilhotina em pleno século XX.

Ademais, no seio do pensamento militar francês imperou a tese do *inimigo interno*: estabeleceu que o “inimigo não é provável e nem está no exterior, ele é permanente e está no interior” (SODRÉ, 1984, p. 25) Concomitantemente, a doutrina da *guerra contrarevolucionária* criada após o fim da Guerra da Indochina, onde fragorosamente os franceses amarguraram sua derrota em 1954. Desta forma, o interregno entre as guerras coloniais intensificaram a circulação destas ideias pelo mundo, em especial na América Latina, fornecendo uma série de pseudojustificativas e racionalizações que consolidaram a motivação da instalação de ditaduras e perseguição aos adversários do regime, enquanto nas colônias serviu para reprimir os focos revolucionários anticolonialistas.

A chegada dos paraquedistas franceses recepcionados com grande entusiasmo pelos habitantes do bairro europeu, empenhados na missão humanitária com objetivo de organizar a repressão aos rebeldes, a proteção dos franceses e da propriedade privada, teve como centro do desfile o próprio coronel Mathieu. Este, assume a função de professor para ensinar aos seus alunos militares que o inimigo encontrava-se dentro da própria colônia. Os ensinamentos franceses foram disseminados por diversas escolas militares pelo globo, a intenção não era tão somente a detenção de opositores, mas seu extermínio sem deixar nenhum vestígio. Dessa forma, os franceses utilizaram suas colônias como laboratório para suas experiências de terror resultados das guerras coloniais, plenamente implementados por escolas de tortura e repressão das ditaduras latino americanas. Impossível não ressaltar que essas experiências tiveram seu aperfeiçoamento na Guerra da Argélia, indo na contramão da Convenção de Genebra (1949) no qual era signatária que proibia as mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios.

Georges Balandier dimensiona nosso olhar para a importância dos fatos políticos e dos métodos administrativos, onde a ação colonial tratou de não penas controlar o país, mas de “tê-lo” (BALANDIER, 1993, p. 113). O sistema administrativo se insere no seio da sociedade colonizada, assim, “a colonização é um fato de poder” (MANUNIER apud BALANDIER, 2014, p.50) que conduz à perda da autonomia, no qual cada setor da sociedade colonial tem por função a dominação num domínio específico (BALANDIER, 2014, p.50). Neste caso o domínio político exercido pelos franceses adotou fortemente a tese do *inimigo interno* como objetivo da eliminação do adversário através de práticas condenadas por pactos internacionais e amplamente apoiadas pelo poder metropolitano. Desta forma, é necessário enfatizar que o ensino de manuais de interrogatório, execução e técnicas de tortura foram praticadas por membros que representavam o Estado, bem como suas razões apontadas como decisão política de autoridades civis. Para isso, o conhecimento do contexto doutrinário torna-se indispensável para à compreensão das sociedades colonizadas, entendendo como parte intrínseca ao complexo que formam a situação colonial.

O verdadeiro mentor desta doutrina de terror é o Coronel Roger Trinquier. Em *Modern Warfare: A french view of counterinsurgency* ressalta que um novo tipo de guerra surgiu após a Segunda Guerra: a “guerra moderna”. Difere de outras guerras do passado na aniquilação do exército inimigo e se caracteriza “como um sistema interligado de ações políticas, econômicas, psicológicas que visa a derrubada da autoridade estabelecida de um país e sua substituição por outro regime” (TRINQUIER, 1964, p. 06). Exemplo disto é a guerra colonial da Indochina, onde o embate não foi entre dois estados soberanos, mas entre metrópole e colônia, no qual o combate anticolonialista teve como objetivo organizar-se como Estado independente (ARAÚJO, 2008, p. 263). Posteriormente, encontraram o mesmo sentimento na luta pela independência na Argélia. Segundo Trinquier, para alcançar tal objetivo o “agressor” tenta explorar as tensões internas (ideológica, social, religiosa, econômica) do estado atacado. Assim, o inimigo deveria ser localizado antes do ataque, pois, trata-se não apenas de grupos armados, mas de uma organização instalada dentro da população. Logo, para vencer, torna-se necessário a destruição do inimigo (TRINQUIER, 1964, p.67).

Tanto o general Jacques Massu, quanto o general Paul Aussaresses foram fiéis executores da doutrina de terror francesa, enquanto o último foi responsável pela disseminação através das aulas de tortura para as diversas escolas militares pelo globo.

Em contraponto a este domínio político autoritário, o jornalista Henri Alleg (pseudônimo de Harry Salem) membro do Partido Comunista Argelino, detido e torturado pelos paraquedistas franceses, escreveu o livro *La question* durante sua prisão em Argel. As páginas foram entregues aos seus advogados, mas o livro fora apreendido por ordem judicial na França, porém, fora reeditado na Suíça tornando-se referência da sobre a execução da prática de tortura pelo exército. Intelectuais como o filósofo Jean-Paul Sartre e o historiador Pierre Vidal-Naquet passaram a tecer comentários sobre o livro e dedicaram parte de sua carreira intelectual para criticar as práticas de tortura, em especial aquela praticada e ensinada por franceses. Em plena guerra colonial, suas vozes voltaram para afirmar que a pátria dos direitos humanos na forma de seu exército praticava a tortura (DUARTE-PLON, 2016, p. 42).

Voltemos a análise do filme. Durante a coletiva de imprensa, o coronel Mathieu diante do questionamento de jornalistas sobre o “sucesso dos paraquedistas” e dos métodos utilizados, a palavra *tortura* é posta em contraponto as práticas de interrogatório (utilizada com o intuito de esconder e amenizar suas práticas de terror). O coronel responde de maneira ríspida ao afirmar que a “a palavra ‘tortura’ não consta nas nossas ordens” e o interrogatório utilizado como método policial contra a atividade subversiva. A própria imprensa presente também forneceu seus editoriais de apoio ao colonialismo, e esta questionada pelo coronel que mesmo desejosa da permanência do colonialismo francês, “deveria aceitar todas as consequências”. Sendo assim, a tortura não era compreendida a partir do ponto de vista moral, mas simplesmente como arma de combate, sendo enfaticamente negada a sua prática por partes de seus executores.

As cenas que sucedem a coletiva de imprensa materializam as práticas de tortura no registro cinematográfico. Os modos e instrumentos de tortura utilizados no filme (“pau de arara”, “choque elétrico”, “afogamento”, “cadeira de dragão” e outros<sup>2</sup>) nos parece similar aos adotados pela repressão militar no Brasil. Pontecorvo representa o real imerso num presente dominado pela ação colonial e altamente polarizado com as tensões da guerra fria. Em muitos países, como no Brasil, a censura serviu ao terrorismo de estado no âmbito do controle político, o filme em questão foi proibido até o fim da ditadura militar. O caráter político é reverberado nas cenas no qual a tortura é denunciada como fruto do colonialismo, bem como a política de combate e eliminação de táticas de guerrilhas realmente foram institucionalizadas, somando as críticas dos intelectuais. Conforme afirma o historiador Eric Hobsbawm, a guerra argelina ajudou a institucionalizar a tortura nos exércitos, polícia e forças de países que se diziam civilizados, além de popularizar o uso generalizado da tortura (HOBSBAWM, 1995, p. 218).

A presença de outros revolucionários que assistiam por força maior os torturadores executar tais práticas em outros revolucionários, reforça o entendimento da extração de informações através dos ensinamentos promovidos pelo general Aussaresses:

<sup>2</sup> Para uma melhor compreensão do assunto: Cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2013.

Ensina o papel da informação nesse tipo de guerra e como obtê-la. Ele também nos explicou a tortura. Através dela, convenciam os presos a falar. Ele ensinava que se um prisioneiro assistia à tortura de outro, decidia-se a falar porque via o que esperava. O problema era o que fazer dessas pessoas depois de torturadas. Aussaresses nos ensinou que elas deveriam ser executadas (DUARTE-PLON, 2016).

Os militares brasileiros estimavam a figura de Aussaresses como um “homem de boa base de cultura e respeitável militar” por sua participação nas guerras coloniais do Vietnam e da Argélia. Mas, sua presença na América Latina, em especial no Brasil, foi marcada pela confidencialidade na guerra contra a subversão. Entretanto, a influência dos franceses no pensamento militar brasileiro é anterior ao golpe de 1964. No pós-primeira guerra, o Exército brasileiro assimilou os métodos da administração militar francesa, como o culto aos heróis militares nacionais e introdução de novas táticas e disciplinas técnicas, vínculos que iam além de relações comerciais (ARAÚJO, 2008, p.249). Mesmo com a preferência pela relação com os EUA no pós-segunda guerra, os franceses permaneceram influenciando ideologicamente. De acordo com Rodrigo Araújo, o Exército francês representou o modelo político-militar para o brasileiro, bem como o comportamento dos oficiais franceses nos campos de batalha do Vietnã e da Argélia “constitui um conjunto de normas e regras comportamental”, que teorizadas por oficiais, corresponde a uma certa visão de mundo (Idem, p. 271). Sendo assim, os golpes que interromperam as democracias pela América Latina através do uso da força militar, carregou consigo a forte influência da doutrina francesa, ao autorizar indiscriminadamente o uso da repressão como forma de estabelecer a ordem social no estado, como na efetivação do golpe civil militar em 1964 no qual a ação truculenta do estado perseguiu nas primeiras horas daquele 01 de Abril diversos estudantes, sindicalistas, membros de movimentos sociais e apoiadores do governo destituído. Ou em 1973, o golpe no Chile tutelado por Augusto Pinochet, imortalizado nas cenas de ataques dos aviões ao Palácio de La Moneda, iniciaram a forte ação de terrorismo de estado. Em ambos os eventos históricos, a ideia de inimigo interno foi evocada para justificar as ações do estado ao usar a violência como recurso contra os seus opositores.

Contudo, estas forças não agiram de modo isolado, a Operação Condor materializou a conexão dos serviços de repressão aos opositores políticos das ditaduras militares na América Latina. A doutrina de segurança nacional aproximou os países em busca de eliminar os subversivos de seus países, deste modo, cursos conjuntos foram realizados com a presença de militares latinos e estrangeiros ensinando formas de aperfeiçoar a tortura nos porões da ditadura. Werneck Sodré afirma que havia também um curso de contraguerrilha, preparou o militar brasileiro num ambiente próximo da situação do Vietnã:

A manchete já acusava: “Bombas de napalm na Amazônia dão realismo a curso”. E o texto vinha com os detalhes significativos: “Um bombardeio de napalm na ilha de Puraquequara, acompanhado de bin[óculo pelo comandante do Grupamento de Fronteiras e tripulantes do navio hidrográfico *Argus*, ilustrou a última aula de guerra na selva para 32 oficiais-alunos do CIGS, depois de cinco semanas de estudos teóricos e treinamento intensivo na floresta amazônica”. O noticiário informava que haviam participado do exercício tropas das três Forças Armas. O general que o presidia esclarecera a um oficial inglês, que assistira ao espetáculo, que o curso de guerra na selva, ministrado em escola especializada, “está preparando o militar

brasileiro para contraguerrilha, em qualquer terreno que ela se ofereça” (SODRÉ, 1984, p. 86 – 87).

Do mesmo modo, o general chileno Manuel Contreras, chefe da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), afirmou que em Manaus funcionava um centro de treinamento antiguerrilheiro no qual a cada dois meses turmas de oficiais eram instruídos pelo general francês Paul Aussaresses, “um veterano da guerra da Indochina e autointitulado ‘maestro’ do dispositivo de torturas dos paraquedistas do general Jacques Massu na Argélia, em 1957” (GASPARI, 2014, p. 378).

De acordo com a jornalista Leneide Duarte-Plon, os militares brasileiros aprenderam com os franceses as lições da “guerra contrarrevolucionária”, “mestres” em técnicas de interrogatório e no controle das populações civis, desaparecimentos e execuções sumárias (DUARTE-PLON, 2016, p.79). Para a historiadora Samantha Quadrat o plano Condor tinha como objetivo a identificação de um pensamento comum, por meio de aproximação profissional e pessoal em cursos conjuntos entre a Escolas das Américas (Panamá), Escola Superior de Guerra e o Centro de Treinamentos de Manaus (QUADRAT, p. 252). Sendo assim, os intercâmbios de agentes se fez necessário, e os primeiros professores foram os franceses ex-combatentes da Guerra da Argélia. Seus métodos foram aplicados no país para o combate à guerrilha urbana e na eliminação da resistência rural. Em entrevista a Duarte-Plon, o general Aussaresses contou que “ia à Amazônia porque havia uma escola militar das Forças Especiais que pertencia às forças armadas brasileiras (...) E foi nessa escola que conheci oficiais estagiários das forças especiais de diversos países da América do Sul” (Idem, p. 171). Manaus era o centro de grande importância para as ditaduras latinas, e os cursos de novos estagiários para o combate a luta antiguerrilha na selva “davam muito prazer” ao general por testar sua capacidade física.

O adido militar francês foi transmissor das experiências da guerra colonial da Argélia nas escolas militares americanas em Washington, enquanto no Brasil serviu em campos de treinamentos especiais, como o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus, onde instruíam as lições aprendidas com o coronel Bigeard na intenção de tornar a tortura “mais humana”:

1. É preciso que a tortura seja limpa;
2. Que ela não seja realizada em presença de jovens;
3. Que não se faça na presença de sádicos;
4. Que seja feita por um oficial ou por um responsável;
5. Que seja “humana”, isto é, que pare logo que o indivíduo falou e que não deixe vestígios (ROBIN apud DUARTE-PLON, 2016, p.81).

O relatório *Brasil Nunca Mais* afirma que a tortura no Brasil durante a ditadura militar foi justificada pela urgência de se obter informações, visava a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais, indiscriminadamente aplicada indiferente a idade, gênero, situação moral, física e psicológica. “Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória”. (ARQUIDIOCESDE DE SÃO PAULO, 2013, p. 41).

Ademais, o método do interrogatório visava a informação para diluir a “guerra de subversão”, conscientes de que a guerra moderna entre a metrópole e sua colônia tratava-se de evitar a articulação dos movimentos independentes e anticoloniais, e eliminar a organização que se formava dentro da população o objetivo principal. Evidentemente que

na América Latina os objetivos eram outros, não se tratava de uma luta anticolonial, mas, uma luta pós-colonial onde as permanências de anos de colonialismo podem ser visíveis no empobrecimento e na humilhação dessas sociedades colonizadas. Afinal, conforme aponta Balandier, o problema colonial presente nas reações induzidas pela descolonização resultou numa série de consequências que perturbou brutalmente a história dos povos (BALANDIER, 2014, p. 33). Logo, a luta pela reforma agrária, as propostas nacionalistas de desenvolvimento e as organizações populares que se organizaram em voltas destas pautas foram banalizadas diante do cenário global de Guerra Fria, que impôs a lógica de um mundo dividido entre capitalismo e comunismo, Estados Unidos e União Soviética.

Não tardou para que estas pautas, contrárias as demandas liberal-capitalista, fossem encaradas como pautas para a implementação do comunismo nas Américas. Por fim, enfrentaram uma guerra contra a subversão interna: “o que estava sendo combatido não era um exército, mas uma ideia: o comunismo. Assim, deveriam ser alteradas também as estratégias de combate” (QUADRAT, 2011, p. 251). Nelson Werneck Sodré cita alguns projetos contrarrevolução na América Latina. O *Projeto Camelot* visava a “profilaxia preventiva de insurreições por meio de contra insurreições” (SODRÉ, 1984, p. 87), outro de “avaliar o grau de insatisfação e de agressividade que reina em certas regiões” afim de permitir uma rápida resposta dos Estados Unidos a insurreições contrárias a suas influências (idem). E por fim, o *Plano Numismático*, “destinado à análise dos fatores táticos e estratégicos fundamentais de muitas operações militares contra a insurreição” (idem). Em suma, a interferência estadunidense não deixa de ser um fato colonial, pois, a “exploração econômica se apoia sobre uma tomada de posse política” (BALANDIER, 2014, p.35)

No Brasil, a doutrina de segurança nacional inspirou-se claramente na formulação do conceito de inimigo presente na doutrina francesa, embora criada em 1949 durante a Guerra Fria como estratégia geopolítica dos Estados Unidos ao combate a subversão e ao comunismo. Não por acaso, as Leis de Segurança Nacional (LSN) de 1967 e 1969 dispuseram de artigos na prevenção e repressão da “guerra revolucionária ou subversiva”, de modo que a total aplicação da doutrina de segurança nacional que visou a proteção do Estado contra o “inimigo externo”, além da aplicação do autoritarismo como política de Estado. Em suma, todos os meios de extermínio aos chamados movimentos contrarrevolucionários foram autorizados. Criado o Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi tornou-se símbolo da repressão dos adversários do regime, onde civis e militares praticavam a tortura em seus porões. O relatório da Anistia Internacional destacou que em 1972 a tortura no Brasil não era praticada apenas no contexto “oficial”, em prisões ou centros de interrogatório, mas, também praticados por grupos recrutados dentro da força policial, conhecidos como esquadrões da morte (AMNESTY INTERNATIONAL, 1972, p. 54). O delegado do Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Civil (DOPS), Sérgio Paranhos Fleury, líder do Esquadrão da Morte de São Paulo, interrogou e torturou suas vítimas nas instalações do Arsenal da Marinha na Ilha das Cobras, patrocinado e protegido pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar) (FIGUEIREDO, 2015, p. 19). Outros grupos especializados e paramilitares como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) também seguiam tal doutrina perseguindo e reprimindo seus adversários. O mesmo relatório reitera que após 1968, ano da efetivação do Ato Institucional nº 5, os usos destas práticas

parecem ter sido conhecidos pelas delegacias e centros de interrogatórios e mais ainda reconhecidas pelas altas autoridades. Dessa forma, conclui que a tortura se tornou um instrumento de poder e transformou-se em política de governo.

Para o advogado e coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, a tortura foi utilizada como política de Estado, e as graves violações de direitos humanos não foram ações isoladas, mas fruto de “uma atividade planejada, sistemática” (DUARTE-PLON, 2016, p.73).

O próprio general Aussaresses afirmou que os paraquedistas encarregados de operações de polícia em Argel tinham ordem de obter informações “por todos os meios”, inclusive a tortura (Idem, p. 72). Desta forma, não era realizada de forma improvisada ou aplicada por improvisadores, tornou-se necessário formar torturadores. Preparados em campos de treinamentos especiais, seus cursos ministrados no Centro de Treinamento de Guerra na Selva seguiam sob o caráter de confidencialidade, o intercâmbio de ensinamentos de experiências de práticas repressivas nas guerras coloniais preparou os oficiais de toda América no combate ostensivo contra seus adversários.

A tortura como controle político transcende as fronteiras do colonialismo, tornando-se permanente nas relações de poder das sociedades colonizadas. Cabe destacar as práticas de extermínio e eliminação do inimigo, comparando casos similares no combate a subversão. A morte do chefe da FLN, Larbi Ben M'Hidi e do professor de matemática Maurice Audin, ambos ligados ao Partido Comunista de Argélia, e do jornalista Vladimir Herzog e do deputado federal Rubens Paiva. Em ambos os casos a farsa do suicídio e o desaparecimento de corpos sem deixar vestígios reacende o debate sobre a influência da doutrina francesa nas práticas autoritárias dos militares brasileiros. Ademais, nos parece pertinente que é o historiador que “nos faz compreender como a presença de uma nação colonial é, ao longo do tempo, inserida no seio das sociedades colonizadas” (BALANDIER, 2014, p. 35). A função do historiador sempre será requisitada: lembrar do que os outros esquecem (HOBSBAWM, 1995, p. 13), de enfatizar como o colonialismo desestrutura, desagrada, desumaniza, e consequentemente, desvelar a historicidade do estado que abre para integração econômica, mas não para a integração moral.

Aliás, cremos que a obra de Pontecorvo insurge contra um fenômeno característico do século XX, o processo de destruição do passado, no qual o aniquilamento dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas selam a permanência de um presente contínuo (idem). As imagens do povo argelino em resistência ao cruel ataque do colonialismo imortalizadas em suas cenas permitiram visibilizar suas experiências históricas. Assim, seus registros cinematográficos recuperaram as trajetórias dos argelinos frente a luta pela libertação, oferecendo ao historiador a oportunidade de também deslocar e criticar o objeto de empatia do historicista: o vencedor (BENJAMIN, 2016, p. 12). As cenas de rebelião popular, expressa principalmente no fim do filme, no qual saindo de um intenso nevoeiro para enfrentar as forças repressoras colonialistas, exclamavam por “independência” incentivadas pelo grito “salguta” das mulheres, proporciona uma tomada de empatia pelas classes oprimidas e seu projeto social de autonomia. Deste modo, o filme direciona uma mensagem clara: de que somente as classes oprimidas podem tomar a seu cargo a sua própria libertação (BENJAMIN, 2016). Ficamos com a indagação de Katarina Peixoto, que ao questionar “qual a atualidade do

artefato cultural de Pontecorvo” (PEIXOTO, p. 138) responde que era um “historiador” cuja lente “salvaguarda a presença, a ética e a intransigência da centelha da esperança” (Idem).

Portanto, o registro cinematográfico nos é fundamental no processo de desvelar as missões civilizatórias pelo mundo, de fornecer uma tomada de consciência sobre os efeitos do colonialismo no mundo moderno. Assim como compreender as práticas de torturas, mesmo consideradas crime de guerra, o uso de métodos repressivos foi autorizado pelas metrópoles com o objetivo de conter os focos revolucionários de suas colônias. Os intercâmbios entre os generais franceses e os oficiais latino americanos através das escolas de treinamentos aperfeiçoaram práticas do terrorismo de Estado com a justificativa de proteger a nação dos projetos de tomada de poder de um possível e real inimigo interno. O filme “*Batalha de Argel*” é a materialização da crítica ao colonialismo, imprimiu em suas cenas a representação do real ao lançar o seu protesto ao afirmar que as práticas de tortura estavam sendo utilizadas como armas de combate e de forma indiscriminada pelas ditas nações civilizatórias em suas colônias, e por fim, estendeu tais experiências através de sua influência pelas demais sociedades colonizadas pelo globo.

## Referências.

- AMNESTY INTERNATIONAL. *Report on Allegations of Torture in Brazil*. England, 1972.
- ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. *A influência francesa dentro do exército brasileiro (1930 – 1964)*: Declínio ou permanência? Esboços: história em contextos globais: Florianópolis, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A voz da Argélia*. A propaganda revolucionária da Frente de Libertação Nacional argelina no Brasil. Independência nacional e revolução socialista. Estudos históricos. Vol 30, n 61. Rio de Janeiro, 2017.
- BALANDIER, George. *A Noção de Situação Colonial*. Cadernos de Campo. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A situação colonial*: uma abordagem teórica. Cadernos Ceru v. 25, n.1. São Paulo, 2014.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reproduzibilidade técnica*. In: \_\_\_\_\_. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o conceito da História*. In: \_\_\_\_\_. O anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *A força da representação*. In: \_\_\_\_\_. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998.
- DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma da guerra*. Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportam os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FANON, Franzt. *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GASPARI, Elio. *A ditadura encerralada: o sacerdote e o feiticeiro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IZERROUGENE, Bouzid. *Argélia: a tirania da identidade e a ascensão fundamentalista*. Afro-Ásia, 1998.

PEIXOTO, Katarina. *Gillo Pontecorvo e a atualidade de um dom*. Crítica Marxista, São Paulo, v. 24, p. 2006.

QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile*. In: AZEVEDO, Cecília (org.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e Morte da Ditadura: 20 Anos de Autoritarismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

TOMAIM, Cássio dos Santos. *Cinema e Walter Benjamin: para uma vivência da descontinuidade*. Estudos de Sociologia, Araquara, 2004.

TRINQUIER, Roger. *Modern Warfare: a french view counterinsurgency*. London: Pall Mass Press, 1964.